

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO
DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* EM
GESTÃO MUNICIPAL
MODALIDADE A DISTÂNCIA

BRASIL

2023

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE
PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* EM
GESTÃO MUNICIPAL
MODALIDADE A DISTÂNCIA

Comissão de Apoio à Diretoria de Educação a Distância na Gestão do PNAP

Prof.^a Dra. Ana Maria Ferreira Menezes (UNEB)

Prof. Dr. Ciro Campos Christo Fernandes (ENAP)

Prof.^a Dra. Clícia Maria de Jesus Benevides (UNEB)

Prof. Dr. Helton Cristian de Paula (UFOP)

Prof. Dr. Paulo Emilio Matos Martins (UFF)

Prof. Dr. Ricardo Jorge da Cunha Costa Nogueira (UFAM)

Prof.^a Dra. Vanessa Costa e Silva (FIOCRUZ)

APRESENTAÇÃO

O Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal, modalidade a distância, no contexto da Universidade Aberta do Brasil (UAB), que ora apresentamos, integra o Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP).

Tal programa nasce a partir da experiência piloto do curso de Administração, em 2006, que foi supervisionado pela Secretaria de Educação a Distância (SEED), do Ministério da Educação (MEC), pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e por coordenadores das Instituições Públicas de Ensino Superior (Ipes). Além desse bacharelado, o PNAP é composto de três especializações na área pública (Gestão Pública, Gestão Pública Municipal e Gestão em Saúde). No caso da especialização de Gestão Pública Municipal, foi constituída uma comissão composta pelos Professores Doutores Maria Aparecida da Silva (UFAL), Dario de Oliveira Lima Filho (UFMS), Silvar Ribeiro (UNEB), Anderson Castanha (UFJF) e Marcos Tanure Sanabio (UFJF).

Nesse contexto, em 2009, a UAB/Capes lançou um edital (Edital UAB/Capes 01/2009, de 27 de abril de 2009) voltado à adesão de Instituições Públicas de Ensino Superior para oferta dos referidos cursos. O programa ofereceu um projeto pedagógico base que deveria ser analisado e adequado à realidade social de cada Ipes. A matriz curricular do curso e os materiais didáticos foram desenvolvidos por uma rede nacional, sendo utilizados em todos os cursos e em todas as Ipes aprovadas.

O objetivo central do PNAP é formar e qualificar pessoal em nível superior visando o exercício de atividades gerenciais, possibilitando que esses gestores intervenham na realidade social, política e econômica, contribuindo para a melhoria da gestão das atividades desempenhadas pelo Estado brasileiro, no âmbito federal, estadual e municipal.

O PNAP, assim como outras iniciativas de fortalecimento das capacidades estatais no Brasil, foi impactado por três vetores principais: o processo de descentralização das políticas públicas em direção às administrações subnacionais; o fortalecimento da qualificação como critério para progressão e desenvolvimento nas carreiras da Administração Pública; e o fortalecimento da modalidade de ensino a distância como instrumento dessa qualificação, impulsionada com o avanço das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC).

O PNAP continuou com a metodologia de monitoramento em Fóruns Nacionais, os quais visam congrega, coordenar e representar com autonomia os cursos das diversas áreas do programa, de modo a implementar ações de melhoria da qualidade na formação inicial e continuada. Já ocorreram 4 fóruns na área do PNAP.

O primeiro, que teve o papel primordial de implantar o Fórum da Área de

Administração Pública, com a escolha de sua presidência, aconteceu em Salvador (Bahia) em 2010; o segundo, ocorrido em Brasília (Distrito Federal) em 2012, já discutia propostas de reformulações dos Projetos Pedagógico de Cursos (PPC); o terceiro, acontecido em Belo Horizonte (Minas Gerais) em 2013, deu continuidade às discussões sobre os PPCs; e, o quarto, realizado em Florianópolis (Santa Catarina) em 2014, reuniu cerca de 180 coordenadores dos Cursos de Especializações em Gestão em Saúde, Gestão Pública e Gestão Pública Municipal, na modalidade de

Educação a Distância (EAD), cujo objetivo principal foi propiciar a interação, a troca de experiências e as discussões sobre os PPCs e a elaboração e atualização de materiais didáticos. Vale ressaltar que todos os fóruns contaram com o apoio da Capes.

Em 2017 foi constituída a Comissão de apoio à gestão do PNAP que objetivou analisar as sugestões formuladas nesses fóruns à luz das Diretrizes Curriculares Nacionais de 2014. Deste trabalho resultaram novos PPCs (Bacharelado e Especializações) e a revisão do material didático, adequando-os às especificidades do setor público no Brasil.

Vários acadêmicos contribuíram para a consolidação e o amadurecimento deste Programa ao longo do tempo. Destacamos a participação dos professores Alexandre Marino Costa (UFSC), Marcos Tanure Sanábio (UFJF), Teresa Cristina Janes Carneiro (UFES) e Cledinaldo Aparecido Dias (UNIMONTES), que participaram sobremaneira para a consolidação do presente projeto.

Brasília, 02 de agosto de 2018.

Luiz Alberto Rocha de Lira

Coordenador

1 Dados de identificação do curso

a) Nome do curso:

Curso de Especialização de Gestão Pública Municipal

b) Proponente:

UFRN (Universidade Federal do Rio Grande do Norte) / FELCS (Faculdade de Engenharia, Letras e Ciências Sociais do Seridó)

c) Público-alvo:

Profissionais e demais interessados no setor público, em especial com interesse e ou atuação nos municípios.

d) Número de vagas:

Serão ofertadas conforme editais públicos ou outros meios de financiamento disponíveis quando da abertura das vagas.

e) Formas de ingresso:

Definido conforme resolução complementar de cada Ipes.

f) Duração do curso:

18 meses

g) Previsão para início das atividades:

março/2025

2 Introdução

O Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) foi criado pelo Ministério da Educação, em 2005, no âmbito do Fórum das Estatais pela Educação, para a articulação e integração de um sistema nacional de educação superior a distância, visando sistematizar ações, programas, projetos e atividades pertencentes às políticas públicas voltadas para a ampliação e interiorização da oferta do ensino superior gratuito e de qualidade no Brasil.

Objetivando a consecução e o fomento dos cursos da UAB, e, conseqüentemente, a democratização, a expansão e a interiorização da oferta de ensino superior público, e da formação de gestores públicos, o Ministério da Educação, por meio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), estimula a oferta do Curso de Especialização em Gestão Municipal e de especializações na modalidade a distância, integrantes do Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP) e operacionalizados pelas Instituições Públicas de Ensino Superior (Ipes), de acordo com os instrumentos legais emanados pela UAB.

O Curso de Especialização em Gestão Municipal vem ao encontro das necessidades de gestores com visão holística das ações administrativas e políticas governamentais, capacitados para exercitar a gestão na esfera municipal.

Para atender a demanda pela formação de gestores públicos nos entes da federação do Brasil, a Ipes oferece o Curso de Especialização em Gestão Municipal no intuito de ampliar o número de beneficiários da formação superior gratuita e de qualidade, cumprindo, assim, sua missão e colaborando para o desenvolvimento da sociedade brasileira.

O Projeto Pedagógico do Curso (PPC) está pautado na observância aos dispositivos legais, regimentais e institucionais, entre eles:

- Dispositivos da Universidade Aberta do Brasil (UAB);
- Resolução 008/2022-CONSEPE (regulamento geral dos Programas e Cursos de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e demais dispositivos aplicáveis.

3 Justificativa

Desde meados da década de 1990, a gestão pública no Brasil vem passando por transformações importantes, notadamente no que se refere à redefinição do papel do Estado nacional, em geral, e do papel desempenhado pelas três esferas de governo: União, estados-membros e municípios.

A partir da Constituição Federal de 1988, os estados e os municípios ganharam mais importância, assumindo diversas atividades antes desempenhadas pela União. Nesse sentido, os dois níveis de governo subnacionais passam a assumir papéis complexos, antes exercidos pela União, que exigem competências específicas e uma nova gestão de atividades essenciais.

Vale destacar que as políticas de saúde pública e de educação, por exemplo, ganham força no município com a organização do Sistema Único de Saúde (SUS) e a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef). Em 2007, esse fundo foi ampliado para incluir a educação infantil e o ensino médio, sendo transformado em Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

Diante desse cenário, estados e municípios tiveram de redesenhar sua estrutura organizacional para se adequar aos novos papéis que lhes foram impostos. Na realidade, até o presente momento, muitos deles ainda não conseguiram sair do *status quo* anterior e, por isso, encontram dificuldades em se relacionar com os demais níveis de governo, com o mercado e com a sociedade civil organizada. Mesmo aqueles que tiveram um avanço maior ainda necessitam amadurecer um modelo de gestão que contemple essa nova fase de governança pública.

Um dos pontos que merecem destaque diz respeito à conscientização do seu verdadeiro papel constitucional. Na Constituição Federal, há funções exclusivas de Estado, funções não exclusivas e funções de mercado (privadas) que devem ser pensadas e assumidas como tal.

Com a promulgação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), estados e municípios passaram a se preocupar mais com suas finanças, tanto do lado da receita quanto do lado da despesa. No entanto, o Poder Público Municipal deve estar preparado, do ponto de vista administrativo, para cumprir essa legislação. É razoável afirmar que isso exige quadros de servidores preparados para gerenciar a máquina administrativa responsavelmente.

Nos últimos anos, no entanto, a concepção de Estado e o papel dos governos e da administração pública têm adquirido renovado interesse. Essa situação se particulariza na América Latina, onde se tornou muito evidente a constatação de que a capacidade do Estado é condição para a democracia. Sem uma adequada capacidade de fazer valer as regras e implementar as decisões tomadas pelos sujeitos políticos, ou sem assegurar o cumprimento dos direitos e deveres associados à cidadania, um regime democrático torna-se inefetivo.

Nesse contexto, a Administração Pública brasileira vem passando por transformações. Assim, a necessidade de qualificação e renovação dos quadros da administração pública passa a demandar ações de capacitação e preparação de força de trabalho para as tarefas da administração pública municipal.

Nesse esforço de fortalecimento das capacidades estatais, iniciativas passaram a ser desenhadas, como, por exemplo, o estabelecimento de uma rede nacional de escolas de governo – articulada pela Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) – e o lançamento do Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP), no âmbito da Universidade Aberta do Brasil (UAB), que nasceu com a expectativa de atender não apenas gestores na esfera federal, mas, sobretudo, os gestores nos níveis estadual e municipal.

Dessa forma, tanto no desenho de nova estrutura organizacional quanto na gestão dos processos/atividades, União, estados e municípios necessitam de profissionais qualificados em gestão. Nesse contexto, é importante a oferta de cursos e programas de capacitação que contribuam para a efetivação da política pública municipal.

4 Universidade Aberta do Brasil: objetivos

De acordo com o Decreto n. 5.800, de 8 de junho de 2006, a UAB é um programa que tem como objetivo primordial:

- I. ampliar e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior, por meio da educação a distância, priorizando a oferta na formação inicial de professores em efetivo exercício na educação básica pública, porém ainda sem graduação, além de formação continuada àqueles já graduados;
- II. ofertar cursos a dirigentes, gestores e outros profissionais da educação básica da rede pública;
- III. reduzir as desigualdades na oferta de ensino superior e desenvolver um amplo sistema nacional de educação superior a distância;

- IV. **formar professores e outros profissionais de educação nas áreas da diversidade, objetivando a disseminação e o desenvolvimento de metodologias educacionais de inserção dos temas de áreas como educação de jovens e adultos, educação ambiental, educação patrimonial, educação para os direitos humanos, educação das relações étnico-raciais, de gênero e orientação sexual e temas da atualidade no cotidiano das práticas das redes de ensino pública e privada de educação básica no Brasil.**

5 Diretoria de Educação a Distância da Capes

A Diretoria de Educação a distância (DED) da Capes objetiva fomentar e articular as instituições de ensino superior integrantes do Sistema Universidade Aberta do Brasil e seus polos de apoio, subsidiando a formulação de políticas de formação inicial e continuada de professores.

Busca apoiar a formação dos profissionais da educação por meio de concessão de bolsas e auxílios, planejamento, coordenação, fomento e avaliação dos cursos superiores na modalidade a distância pelas instituições integrantes da UAB. Fazem parte dos objetivos da Diretoria de Educação a Distância, a formulação, a implementação e a execução de políticas de expansão e interiorização de formação superior pública.

A DED, para consecução dos seus objetivos, irá articular-se com o Conselho Técnico Científico da Educação Básica (CTC-EB) na elaboração das políticas e diretrizes específicas de atuação da Capes no tocante à formação inicial e continuada de profissionais do magistério da educação básica e à construção de um sistema nacional de formação de professores.

Cabe à Diretoria o estabelecimento de diretrizes e normas para programas e cursos no âmbito do Sistema UAB e uma política institucional de estímulo à inovação em EAD; além de firmar acordos de cooperação técnica e instrumentos congêneres com as Ipes e os mantenedores de polos integrantes do Sistema UAB.

6 Caracterização regional

Caicó

Caicó é um município brasileiro pertencente ao estado do Rio Grande do Norte. Principal cidade da região do Seridó, distante 256 km da capital, Natal. Seu território ocupa uma área de 1.228,583 km², o equivalente a 2,33% da superfície estadual, posicionando-o como o quinto município com maior extensão do Rio Grande do Norte.

Sua população em 2018 era estimada em 67.554 habitantes, o que a coloca como a sétima cidade mais populosa do estado, sendo a segunda mais populosa do interior do Rio Grande do Norte, com uma densidade populacional de 51,04 habitantes por km².

Polo de Apoio Presencial UAB Caicó – uabcaico@yahoo.com.br

UFRN / CERES – Centro de Ensino Superior do Seridó

Endereço: Rua Joaquim Gregório, s / n.º, Penedo, CEP 59300-000.

Telefone: (84) 99975-0886

Coordenadora: Profa. Tânia Cristina Meira Garcia – tania_cristina2005@yahoo.com.br

Apoio técnico: Djanni Martinho Sobrinho

Cel. Institucional: (84) 99474-6640

Caraúbas é um município no estado do Rio Grande do Norte (Brasil), localizado na Microrregião da Chapada do Apodi e na Mesorregião Oeste Potiguar no Nordeste do país, a duzentos e noventa e seis (296 Km) quilômetros da capital do estado, Natal. De acordo com o IBGE, no ano 2018 sua população era estimada em 20.443 habitantes, e sua área territorial é de 1.095,803 km².

Polo de Apoio Presencial UAB Sertão das Carabeiras – uabcaraubs@gmail.com

Escola Municipal Josué de Oliveira

Endereço: Rua Alfredo Alves de Azevedo, 212, Dr. Sebastião Maltez Fernandes, CEP 59780-000

Fone: (84) 99474-6644

Coordenador(a): Profa. Antônia Joenilma Menezes de Oliveira – joenilmaexito@bol.com.br

Apoio Técnico: A definir

Cel. Institucional: (84) 99474-6644

Currais Novos

Currais Novos é um município brasileiro no interior do estado do Rio Grande do Norte. Localiza-se na região do Seridó, região central do estado na divisa com o estado da Paraíba, a 172 km da capital do RN, Natal. De acordo com dados do Censo 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sua população é composta por 42.652 habitantes, sendo assim o maior município da microrregião, o segundo da mesorregião e o nono mais populoso de todo o estado.

Polo de Apoio Presencial UAB Currais Novos – <http://polo-de-curraisnovos.blogspot.com.br>

UFRN/CERES – Centro de Ensino Superior do Seridó

Endereço: Rua Manoel Lopes Filho, 138, Valfredo Galvão. CEP: 59.380-000

Fone: (84) 3342-2250 – Ramal: 400

Coordenador(a): Profa. Edneide Maria Pinheiro Galvão – edneidemariag@bol.com.br

Apoio técnico: Maria Suília da Silva Cortez

E-mail da Secretaria de Polo – polocurraisnovos@hotmail.com

Cel. Institucional: (84) 99474-6641

Grossos

Grossos é um município litorâneo no estado do Rio Grande do Norte, localizado na microrregião de Mossoró. De acordo com o IBGE, sua população, em 2018, está estimada em 10.302 habitantes. Suas principais praias são Barra, Pernambucozinho e Areias Alvas, populares em virtude da gastronomia (mariscos, peixes e camarões), da tranquilidade que oferecem e da prática de esportes, como o kitesurf.

Polo de Apoio Presencial UAB Educa Grossos – <https://www.facebook.com/poloeducagrossos>

Endereço: Av. Raimundo Gonçalves de Oliveira, 10 – Boa Esperança, Grossos. CEP: 59.6785-000

Fone: (84) 3327-3562

Coordenador: Doriedson Costa e Silva – doriedsoncosta@gmail.com

Apoio técnico: Kléber Victor de Oliveira

Guamaré

Guamaré é um município localizado no estado do Rio Grande do Norte, fazendo parte da microrregião de Macau, da Mesorregião Central Potiguar e do Polo Costa Branca. De acordo com o IBGE, em 2018, sua população era estimada em 15.349 habitantes. Guamaré destaca-se por ser um dos municípios que mais produzem petróleo, tendo em seu território um polo industrial da Petrobras.

Polo de Apoio Presencial UAB Guamaré – uabguamare12@gmail.com

Endereço: Rua Monsenhor Jose Tibúrcio, s/n – Centro, Guamaré-RN – CEP: 59.598-000

Fone: (84) 99911.0269

Coordenador(a): Profa. Márcia Meyre Abreu Leite Bezerra – marcia_leite2009@yahoo.com

Apoio técnico: Tânia Leonor da Câmara Olegário

Celular: (84) 99911.0269

Lajes

Lajes, município no estado do Rio Grande do Norte, localizado na microrregião de Angicos. De acordo com o IBGE, em 2018, sua população é estimada em 11.208 habitantes. Área territorial de 676,625 km². Possui um dos mais famosos relevos no Rio Grande do Norte, o pico do Cabugi, com 590 metros de altitude. Lajes se localiza na Região Central do Estado, distante 125 km da capital.

Polo de Apoio Presencial UAB Lajes – uablajesrn.blogspot.com

Escola Municipal Maria da Conceição Salviano Cavalcante

Endereço: R. Coronel Joaquim Teixeira, s/n – Centro, Lajes/RN, CEP: 59535-000

Fone: (84)99909-6111

Coordenador: Profa. Ilka Paiva

Apoio técnico: Edilene Santos

Cel. Institucional: (84)99909-6111

Luis Gomes

Luis Gomes é um município brasileiro no interior do estado do Rio Grande do Norte. Localiza-se na região do Alto Oeste Potiguar, bem como na mesorregião do Oeste Potiguar e na microrregião da Serra de São Miguel, a uma distância de 442 quilômetros a oeste da capital do estado, Natal. Ocupa uma área de 166,638 km², dos quais 1,1666 km² são de áreas urbanas. A população do município estimada, no ano de 2018, pelo IBGE, é de 10.086 habitantes.

Polo de Apoio Presencial UAB Alzenir Pereira Firmino Nunes – uablgomes.blogspot.com

Colégio Municipal Padre Osvaldo

Endereço: Avenida Senhora Santana, 17 – Centro, Luis Gomes/RN, CEP: 59940-000

Fone: (84) 99983-2020

Coordenação do polo: Profa. Joseani Martins da Costa – puaplcoordena@outlook.com

Apoio técnico: Leonardo Batista Cipriano, Manoel Lemos e Sônia Maria de Almeida

Cel. Institucional: (84) 99983-2020

Macaíba (Jundiá)

Macaíba é um município brasileiro, localizado na Região Metropolitana de Natal, no estado do Rio Grande do Norte, na Região Nordeste do país. Com cerca de 510 km² de área, é o quinto município mais populoso do estado, com uma população estimada em quase 82.828 habitantes (2021). Está localizado às margens do Rio Jundiá, é uma cidade vizinha à capital, Natal, do qual está distante cerca de 27 quilômetros por via terrestre.

Polo de Apoio Presencial UAB Macaíba – polouabmacaiba@gmail.com

Endereço: RN 160 – Km 03 – Distrito de Jundiá – Macaíba/RN

CEP: 59280-000 | Cx Postal 07

Telefone: (84) 99991-1953

Coordenador: Prof. Henrique Rocha de Medeiros – henrique.rocha@ufrn.br

Bolsista de apoio técnico: Adielson Pereira da Silva

Telefone Institucional: (84) 3342-2297

Macau

Macau é um município brasileiro no estado do Rio Grande do Norte, localizado na microrregião de Macau, na Mesorregião Central Potiguar e no Polo Costa Branca. De acordo com o IBGE, sua

população, em 2018, é estimada em 31.584 habitantes. Macau possui uma área territorial de 775,302 km² e está localizada a 175 km da capital do estado, Natal. O município de Macau está numa região produtora de sal marinho (uma das principais do Brasil), petróleo e de pescados, sendo um dos maiores produtores nacionais de sardinha.

Polo de Apoio Presencial UAB Macau – <https://www.facebook.com/Polo-Uab-Macau>

UFRN – Campus Professor Benito Maia Barros

Endereço: Rua Padre João Clemente, s/n.º, Porto de São Pedro. CEP: 59.500-000

Fone: (84) 99430-5277

Coordenador(a): Prof. Geraldo Alves Diniz – geradoadiniz@gmail.com

Luís Bouquillard – luisbouquillard@yahoo.com.br

Apoio técnico: Aleuda Santos Oliveira

Cel. Institucional: (84) 99430-5277

Marcelino Vieira é um município do interior do estado do Rio Grande do Norte. Pertencente à Microrregião de Pau dos Ferros e à Mesorregião do Oeste Potiguar, localiza-se a 390 km da capital do estado. Ocupa uma área de 345,707 km², sendo que apenas 0,3682 km² estão em perímetro urbano. Sua população é estimada em 8.358 habitantes, segundo o IBGE.

Polo de Apoio Presencial UAB Marcelino Vieira – <http://uabpolomarcelinovieira.blogspot.com.br>

Endereço: Travessa Néo Pontes, s/n.º, Centro. CEP: 59.970-000

Fone: (84) 99648-4321

Coordenador(a): Profa. Francimeire Cesário de Oliveira Queiroz – meire.c@hotmail.com

Apoio técnico: José Liomar Mendes de Oliveira

Cel. Institucional: (84) 99648-4321

Martins

Martins é um município brasileiro localizado no interior do estado do Rio Grande do Norte. Localiza-se numa altitude de 745 metros, a 377 km da capital estadual, Natal. Cidade serrana localizada no sopé das Serras de Martins, é considerada a “Princesa serrana” ou a “Campos do Jordão do Rio Grande do Norte”, devido ao seu clima e ar puro agradável em contraste com o clima semi-árido de outras regiões do interior do estado. De acordo com o IBGE, em 2018, sua população é estimada em 8.912 habitantes.

Polo de Apoio Presencial UAB Martins – www.facebook.com/UAB.EAD

Escola Estadual Francisca Maria de Assis

Endereço: Rua Antonio Marcelino, s/n Praça Jocelyn Villar – Bairro Jocelyn Villar, Martins/RN, CEP:

59535-000

Fone: (84) 99229-6431

Coordenador(a): Profa. Hélia de Oliveira Silva – holiveira36@gmail.com

Apoio técnico: Nila Rafaela Leite de Lima

Cel. Institucional: (84) 99917-7308 / (84) 98804-5070

Nova Cruz

Nova Cruz é um município brasileiro localizado no interior do estado do Rio Grande do Norte, na Mesorregião e Microrregião do Agreste Potiguar. De acordo com o IBGE, em 2018, sua população é estimada em 37.233 habitantes, sendo o décimo segundo município mais populoso do estado. Área territorial de 277,658 km².

Polo de Apoio Presencial UAB Nova Cruz

UFRN/NESA – Núcleo de Ensino Superior do Agreste

Endereço: Rua Assis Chateaubriand, s/n.º, Centro, CEP 59215-000

Coordenador: Carlo Aldrovandi Torreão Marques – aldrovandi.ufs@gmail.com

Coordenadora Administrativa: Gilka Silva Pimentel

Cel. Institucional: (61) 99255-2670

E-mail institucional: novacruz.sedis.ufrn@gmail.com

Biblioteca do Polo: Maria Jeane Domingos Silva Sorares – jeane.domingos@ufrn.br

Cel. institucional: (84) 99179-3955

Parnamirim

Parnamirim é um município brasileiro localizado no estado do Rio Grande do Norte. Pertencente à Região Metropolitana de Natal, à mesorregião do Leste Potiguar e à microrregião de Natal, localiza-se ao sul da capital estadual, distando desta doze quilômetros. Ocupa uma área de 120,202 km², e sua população, em 2018, está estimada em 255.793 habitantes, de acordo com o IBGE, sendo então o terceiro município mais populoso do estado.

Polo de Apoio Presencial UAB Parnamirim – <https://www.facebook.com/polouabparnamirim/>

Escola Municipal Augusto Severo

Endereço: Rua Sargento Norberto Marques, 158, Centro, Parnamirim. CEP 59140-230

Fone: (84) 999915-5119

Coordenador(a): Profa. Judicleide de Azevedo Nascimento – parnamirimpoloead@gmail.com

Apoio técnico: Eriko da Silva Batista e Joelmir Alex de Sousa Barbosa

Cel. Institucional: (84) 999915-5119

São Gonçalo do Amarante

São Gonçalo do Amarante é um município do estado do Rio Grande do Norte, situado na mesorregião do Leste Potiguar e microrregião de Macaíba. Sua população, de acordo com estimativa do IBGE, a população, em 2018 é de 101.102 habitantes. Está distante treze quilômetros da capital e integra a Região Metropolitana de Natal.

Polo de Apoio Presencial UAB Dr. Rui Pereira – uabsga2014@gmail.com

Endereço: R. Belchior de Oliveira Rocha S/N, centro/ São Gonçalo do Amarante

Fone: (84) 98706-9082

Coordenadora: Profa. Rosilda da Costa Felix – rosildasga@hotmail.com

Apoio técnico: Helomar Júnior

Cel. Institucional: (84) 98706.9082

7 Integração e articulação da Educação a Distância da Ipes ao Sistema Universidade Aberta do Brasil

O curso de Especialização em Gestão Pública Municipal a distância está planejado para ser ofertado nos Polos de Apoio Presencial:

Caicó

Caraúbas

Currais Novos

Grossos

Guamaré

Lajes

Luís Gomes

Macaíba (Jundiá)

Macau

Marcelino Vieira

Martins

Nova Cruz

Parnamirim

8 Aspectos institucionais

A Universidade Federal do Rio Grande do Norte origina-se da Universidade do Rio Grande do Norte, criada em 25 de junho de 1958, através de lei estadual, e federalizada em 18 de dezembro de 1960. A Universidade do Rio Grande do Norte, instalada em sessão solene realizada no Teatro Alberto Maranhão, em 21 de março de 1959, foi formada a partir de faculdades e escolas de nível superior já existentes em Natal, como a Faculdade de Farmácia e Odontologia; a Faculdade de Direito; a Faculdade de Medicina; a Escola de Engenharia, entre outras.

A partir de 1968, com a reforma universitária, a UFRN passou por um processo de reorganização que marcou o fim das faculdades e a consolidação da atual estrutura, ou seja, o agrupamento de diversos departamentos que, dependendo da natureza dos cursos e disciplinas, organizaram-se em Centros Acadêmicos.

Nos anos 70, teve início a construção do Campus Central, numa área de 123 hectares. O campus abriga atualmente um arrojado complexo arquitetônico, circundado por um anel viário que o integra à malha urbana da cidade de Natal.

A estrutura da UFRN foi modificada, novamente, por meio de um Decreto de 1974 (Nº 74.211), constituindo-se, também, a partir de então do Conselho Universitário(CONSUNI), Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE), Conselho de Curadores (CONCURA) e Reitoria.

Uma reforma do Estatuto da UFRN, concluída em 1996, estabeleceu a estrutura em vigor hoje na Universidade, acrescentando-se aos conselhos existentes o Conselho de Administração (CONSAD) e criando, na estrutura acadêmica, as Unidades Acadêmicas Especializadas e os Núcleos de Estudos Interdisciplinares.

Além dos diversos setores de aulas, laboratórios e bibliotecas, o Campus Central possui um Centro de Convivência com restaurante, agências bancárias, livrarias, galeria de arte e agência dos correios. No prédio da Reitoria funcionam o Gabinete do Reitor, as Pró-Reitorias e todos os setores da Administração Central.

Os grandes eventos da UFRN geralmente acontecem na Praça Cívica, projetada na forma de um grande anfiteatro ao ar livre, onde também acontecem grandes espetáculos. Para eventos e práticas

esportivas, o campus conta com um Parque Poliesportivo, com ginásio olímpico, campo de futebol, pista de atletismo e piscinas olímpicas.

Atualmente, a UFRN oferece, entre cursos de graduação e pós-graduação, mais de 200 oportunidades de capacitação. Sua comunidade acadêmica é formada por mais de 43.000 estudantes e cerca de 5.500 servidores, entre técnico-administrativos e docentes efetivos, além dos professores substitutos e visitantes.

Especificamente quanto à Educação a Distância, em junho de 2003 a UFRN criou a Secretaria de Educação a Distância, com o objetivo de fomentar a Educação na sua modalidade a distância e estimular o uso das tecnologias de informação e comunicação como ferramenta de ensino e aprendizagem. Funcionando na Praça Cívica do Campus Central, a SEDIS está em condições de prestar assessoria pedagógica e técnica para projetos de cursos a distância.

A estrutura organizacional da SEDIS-UFRN, de acordo com o Regimento da Instituição, compreende:

- Gabinete do(a) Secretário(a)
- Assessoria Técnica
- Coordenadorias:
 - Pedagógica (COORDPED)
 - Administrativa e de Projetos (CAP)
 - Tecnologia da Informação (CTI)
 - Produção de Materiais Didáticos (CPMD)
- Secretaria Administrativa.

A SEDIS conta ainda com uma estrutura de apoio representada pela Divisão Patrimonial.

SEDIS – UFRN – Campus Universitário – Praça Cívica – Natal/RN – CEP 59.078-970 – (84) 3342-2250 – secretaria.sedis.ufrn@gmail.com

8.1 Missão

A missão da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como instituição pública, é educar, produzir e disseminar o saber universal, preservar e difundir as artes e a cultura, e contribuir para o desenvolvimento humano, comprometendo-se com a justiça social, a sustentabilidade socioambiental, a democracia e a cidadania.

8.2 Princípios e valores

Universidade pública e gratuita com gestão democrática colegiada e descentralização administrativa e acadêmica.

Desenvolver atividades de ensino (graduação e pós-graduação), pesquisa e extensão.

Ministrar formação intelectual e profissional de qualidade.

Produzir e difundir o conhecimento científico universal que promova o desenvolvimento econômico e social.

8.3 Outros aspectos

Conectada com a realidade desta nova década e considerando o já conquistado em seus sessenta anos de atuação, a UFRN assume como visão de futuro sua consolidação como uma Universidade inovadora e inclusiva, socialmente referenciada, reconhecida nacional e internacionalmente por sua excelência acadêmica e de gestão.

9 Concepção do Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal

O curso de especialização em Gestão Pública Municipal foi concebido para atender a formação e qualificação de administradores públicos, conforme subitem a seguir:

9.1 Diretrizes metodológicas para formação do curso

A proposta metodológica adotada neste curso considera as seguintes diretrizes:

- I. temas e conteúdos que reflitam os contextos vivenciados pelos educandos, nos diferentes espaços de trabalho e, também, nas esferas local e regional;**
- II. enfoque crítico e pluralista no tratamento dos temas e conteúdos;**
- III. produção de conhecimento aplicado à solução de problemas no âmbito da gestão pública, enfatizando o caráter instrumental do curso, em especial com o uso de estudo de casos.**

Em síntese, as diretrizes do curso devem oportunizar formação que privilegie competências profissionais, sociais e políticas baseadas nos aspectos:

- ▶ técnico-científico, condizente com as exigências que a gestão pública contemporânea impõe; e

- ▶ ético-humanístico e político-social, que a formação do cidadão e do gestor público requer.

9.2 Concepção pedagógica do curso

A concepção do Curso de Especialização em Gestão Municipal está voltada para a formação de profissionais capazes de atuar no contexto da gestão pública à luz da ética, buscando contribuir para o alcance dos objetivos das organizações governamentais e não governamentais e visando o desenvolvimento socioeconômico.

9.2.1 Objetivo geral

Capacitar os participantes a atuarem como gestores e analistas das políticas governamentais no âmbito local, nos seus processos de formulação, implementação e avaliação e nas atividades administrativas e de prestação de serviços das organizações públicas municipais.

9.2.2 Objetivos específicos

São objetivos específicos deste curso:

- Desenvolver habilidades e competências para melhorar a prestação de serviços públicos municipais;
- Contribuir para a melhoria da gestão dentro de uma visão estratégica do setor público, a partir do estudo crítico, sistemático e aprofundado da realidade administrativa local.

9.3 Organização curricular

O curso foi estruturado em dois módulos. O módulo básico contempla disciplinas comuns a todos os cursos de especialização e o módulo específico apresenta disciplinas alinhadas aos objetivos de cada um dos cursos.

9.3.1 Módulo Básico

O Módulo Básico é composto por seis disciplinas/atividades de 30 horas, perfazendo um total de 180 horas:

O r d e	Disciplinas / Atividades	C. H.
1	Introdução a EAD	30
2	Política e Sociedade	30
3	Políticas Públicas	30
4	Gestão Pública	30
5	Metodologia da Pesquisa	30
6	TCC	30
–	TOTAL DE HORAS/ MÓDULO BÁSICO	180

A função do Módulo Básico é propiciar ao estudante uma visão abrangente e atualizada das disciplinas que fundamentam a gestão pública contemporânea, contextualizando a sua aplicação na realidade brasileira e internacional. Esse referencial lhe permitirá compreender melhor, ao longo do Módulo Específico, os problemas e questões da atuação do Estado e das administrações públicas municipais.

9.3.2 Módulo Específico

O módulo específico em Gestão Municipal é composto por sete disciplinas de 30 horas, perfazendo um total de 210 horas:

O r d e	Disciplina	C. H.
7	Município e Arranjos Interfederativos	30
8	Gestão Tributária e Orçamento Municipal	30
9	Desenvolvimento Urbano	30
10	Gestão da Saúde	30
11	Gestão da Educação	30
12	Licitações, Contratos e Convênios	30
13	Planejamento Estratégico e Gestão de Projetos	30
–	TOTAL DE HORAS DO MÓDULO	210

9.3.3 Ementário

Disciplina 1 – Introdução a EAD – 30h

EMENTA
Dinâmica de Integração em diferentes ambientes. Organização de sistemas de EAD: processos de comunicação, processos de tutoria e avaliação. Relação dos sujeitos da prática pedagógica no contexto da EAD. Ambientes Virtuais de EnsinoAprendizagem (AVEA): estratégias de interação. Metodologias Digitais.
REFERÊNCIAS BÁSICAS
CORRÊA, Denise Mesquita. Introdução à educação a distância e AVEA. 2. ed. Florianópolis: IFSC, 2014.
HACK, Josias Ricardo. Introdução à educação a distância. Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2011.
VIDAL, Eloísa Maia; MAIA, José Everardo Bessa. Introdução à educação a distância. Fortaleza: RDS Editora, 2010.
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES
LITTO, Fredric M.; FORMIGA, Marcos. Educação a Distância: o estado da arte. São Paulo: Pearson Education Brasil, 2009.
MACHADO, Dinamara Pereira; MORAES, Márcio Gilberto de Souza. Educação a Distância: fundamentos, tecnologias, estrutura e processo de ensino aprendizagem. São Paulo: Saraiva, 2015.
MORAN, José Manuel; VALENTE, José Armando. Educação a distância: pontos e contrapontos. São Paulo: SUMMUS, 2011.
SALES, Mary Valda Souza; VALENTE, Vânia Rita; ARAGÃO, Claudia. Educação e tecnologias da informação e comunicação. Salvador: UNEB/EAD, 2010.
SIEBRA, Sandra de Albuquerque; MACHIAVELLI, Josiane Lemos. Introdução à educação a distância e ao ambiente virtual de aprendizagem. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2015.

Disciplina 2 – Política e Sociedade – 30h

EMENTA
Formas de governo e regimes políticos. Estado e desenvolvimento. Federalismo.

Estado e sociedade no Brasil: participação social. Representação política e sistemas partidários: processo eleitoral brasileiro. Sistema político e instituições públicas brasileiras: presidencialismo de coalizão; relações entre os poderes; e judicialização da política.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio Octávio (org.). Sistema político brasileiro: uma introdução. 3. ed. Rio de Janeiro: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Fundação UNESP, 2015.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Construindo o Estado Republicano. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

EVANS, Peter. Autonomia e parceria: estados e transformação industrial. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de Política. 13. ed. Brasília: UNB, 2010.

BOBBIO, Norberto. Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política. 13. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

RIBEIRO, João Ubaldo. Política: quem manda, por que manda, como manda. São Paulo: Objetiva, 2010.

SANTOS, Reginaldo Souza. Administração política como campo do conhecimento. São Paulo: Hucitec, 2010.

WEBER, Max. Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: UnB, 2012.

Disciplina 3 – Políticas Públicas

EMENTA

Modelos de decisão e o papel dos atores políticos: parlamentos, partidos, grupos de interesse, estruturas institucionais e mídia. O ciclo das políticas públicas: formulação, implementação, acompanhamento e avaliação. A participação da sociedade no ciclo das políticas públicas. Globalização e políticas públicas. Tendências e questões atuais neste campo de estudo.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de (org.). Implementação de Políticas Públicas. Teoria e Prática. Belo Horizonte: PUC MINAS, 2012.

SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Eliane (org.). Políticas Públicas. Coletânea. Brasília: ENAP, 2006. v. 1 e 2. Parcialmente disponível em: http://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/1254/1/cppv1_0101_saravia.pdf. Acesso em: 02 ago. 2018.

WU, Xu; RAMESH, M.; HOWLETT, Michael; FRITZEN, Scott. Guia de políticas públicas: gerenciando processos. Brasília: Enap, 2014. Disponível em: <http://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/2555/1/Guia%20de%20Pol%C3%ADticas%20P%C3%ABlicas%20Gerenciando%20Processos.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2018.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

HEIDEMANN, Francisco G.; SALM, José Francisco (orgs.). Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise. Brasília: UnB, 2014.

HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE Marta; MARQUES, Eduardo (orgs.). Políticas públicas no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

HOWLETT, Michael; RAMESH, M.; PERL, Anthony. Políticas públicas: seus ciclos e subsistemas: uma abordagem integral. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

LUBAMBO, Cátia W.; COÊLHO, Denilson B.; MELO, Marcus André (org.). Desenho institucional e participação política: experiências no Brasil contemporâneo. Petrópolis: Vozes, 2005.

SOUZA, Celina; DANTAS NETO, Paulo Fábio (orgs.). Governo, Políticas Públicas e Elites Políticas nos Estados Brasileiros. Rio de Janeiro: Revan, 2015.

Disciplina 4 – Gestão Pública

EMENTA

Gestão pública como campo interdisciplinar. Teorias e modelos da Administração Pública: a visão clássica da dicotomia entre política e administração; as abordagens políticas da administração pública; a “Nova Gestão Pública”; a abordagem da governança e do setor público não estatal. Transparência, *accountability* e *responsiveness*: as relações entre demandas, políticas, ação governamental, controles e resultados. Experiências de inovação e reforma administrativa na união e nos entes federados brasileiros: desburocratização, regulação, descentralização, parcerias, participação social e governo eletrônico.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

COSTIN, Claudia. Administração Pública. São Paulo: Elsevier Brasil, 2010.

DENHARDT, Robert B.; CATLAW, Thomas J. Teorias da administração pública. 7. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2016.

PETERS, B. Guy; PIERRE, Jon (orgs.). Administração pública: Coletânea. São Paulo: UNESP; Brasília: ENAP, 2010.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos; SPINK, Peter (orgs.). Reforma do estado e administração pública gerencial. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

FREDERICKSON, H. George; SMITH, Kevin B.; LARIMER, Christother W.; LICARI, Michael J. The public administration theory primer. Oxford: Westview Press, 2011.

JACOBI, Pedro; PINHO, José Antônio (orgs.). Inovação no campo da gestão pública local. Novos desafios, novos patamares. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

PAULA, Ana Paula Paes de. Por uma nova gestão pública: limites e possibilidades da experiência contemporânea. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

TORRES, Marcelo Douglas de Figueiredo. Fundamentos de administração pública brasileira. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2012.

Disciplina 5 – Metodologia da Pesquisa

EMENTA

Ética em pesquisa, comitê de ética e plágio acadêmico. Delimitação do objeto de pesquisa: tema, problema, justificativa e objetivos; Revisão da literatura: estado da arte do problema. Estratégias metodológicas da pesquisa: (i) a complementariedade das abordagens qualitativa e quantitativa; (ii) tipos de pesquisa com ênfase em estudo de casos e projetos de intervenção; (iii) técnicas e instrumentos de levantamento de dados; (iv) tratamento, análise e apresentação dos resultados. Orientações e Normatizações para Redação Científica (uso da ABNT).

REFERÊNCIAS BÁSICAS

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia científica. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

RICHARDSON, Roberto Jarry *et al.* Pesquisa social: métodos e técnicas. 3. ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 2007.

VERGARA, Sylvia Constant. Métodos de Pesquisa em Administração. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora Atlas, 2015.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

CRESWELL, John W. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Tradução Magda Lopes. 3. ed. Porto Alegre: ARTMED, 2010. 296 p.,

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

SAMPIERI, Roberto Hernandez; COLLADO, Carlos Fernandez; LUCIO, Maria Del Pilar Baptista. Metodologia de Pesquisa. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 23. ed. rev. e atualizada. São Paulo: Cortez, 2007.

YIN, Robert. Estudo de Caso: Planejamento e Métodos. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

Disciplina 6 – TCC

Ementa

O trabalho final de curso, de caráter individual (conforme parágrafo primeiro do artigo 114 da resolução nº 008/2022 - CONSEPE), a ser desenvolvido pelos alunos, deverá ser formatado como um artigo científico, com tamanho entre 12 e 16 páginas. Os artigos poderão assumir um dentre os quatro vieses propostos: a) projeto de negócio ou processo(s); b) artigo teórico; c) estudo de caso; d) diagnóstico organizacional. Os artigos serão submetidos à avaliação dos orientadores escolhidos pelos pós-graduandos, que atribuirão nota de 0 a 10,0. A produção do trabalho final e sua elaboração será supervisionada pelos docentes orientadores.

Disciplina 7 – Município e Arranjos Interfederativos – 30h

EMENTA

Poder local e federalismo no Brasil contemporâneo. Pacto Federativo: O Município no sistema político brasileiro. Competências Constitucionais, Legislação e Lei Orgânica do Município. Micro Regiões e Regiões Metropolitanas. Arranjos locais e interfederativos: Parcerias Público Privada, consórcios, cooperação, redes e outros. Estudos de casos aplicados.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

ARRETCHE, Marta. Democracia, Federalismo e Centralização no Brasil. Rio de Janeiro, Editora FGV/Fiocruz, 2012.

HOCHMAN, Gilberto; FARIA, Carlos Aurélio Pimenta (orgs.). Federalismo e Políticas Públicas no Brasil. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2013.

SPINK, Peter; BAVA, Silvio; PAULICS, Veronika (orgs.). Novos contornos da gestão local: conceitos em construção. São Paulo: Programa Gestão Pública e Cidadania/FGV-EAESP, 2002. Disponível em: <http://www.polis.org.br/uploads/930/930.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2018.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Parcerias na administração pública. 11. ed. São Paulo: GEN/Forense, 2017.

FUNDAÇÃO KONRAD ADENAUER. Municípios e Estados: experiências com arranjos cooperativos. Cadernos Adenauer XII (2011), Rio de Janeiro, n. 4, abril 2012.

JACOBI, Pedro; PINHO, José Antônio (orgs.). Inovação no campo da gestão pública local: Novos desafios, novos patamares. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

OLIVEIRA, Romualdo P.; SANTANA, Wagner. Educação e federalismo no Brasil: combater as desigualdades, garantir a diversidade. Brasília: UNESCO, 2010.

Disciplina 8 – Gestão Tributária e Orçamento Municipal – 30h

EMENTA

Tributos Municipais. Tributos como ferramenta de indução ao desenvolvimento municipal. Transferências Governamentais. Planejamento Orçamentário: Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA). Experiências de Orçamento Participativo. Lei de Responsabilidade Fiscal e Lei de Crimes Fiscais. Controle social e transparência. Estudos de casos aplicados.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

BRUNO, Reinaldo Moreira. Lei de Responsabilidade Fiscal e Orçamento Público Municipal. 5. ed. Curitiba (PR): Juruá, 2013.

MACEDO, Alberto; AGUIRREZÁBAL, Rafael; PINTO, Sergio Luiz de Moraes; ARAÚJO, Wilson José de. Gestão Tributária Municipal e Tributos Municipais. São Paulo: Quartier Latin, 2017. v. 6.

REZENDE, Fernando; CUNHA, Armando (orgs.). A reforma esquecida: orçamento, gestão pública e desenvolvimento. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

GIACOMONI, James. Orçamento público. 17. ed. amp. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2017.

GIACOMONI, James; PAGNUSSAT, José Luiz (orgs.). Planejamento e Orçamento governamental. Brasília: ENAP, 2006. v. 2. Disponível em: <http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/213>. Acesso em: 02 ago. 2019.

FREITAS, Mário S. N. Uma releitura do orçamento público sob uma perspectiva histórica. Salvador: Bahia Análise e Dados, 2003.

GARCIA, Ronaldo C. Subsídios para Organizar a Avaliações da Ação Governamental. Planejamento e Políticas Públicas, n. 23, p. 7-70, 2001.

REZENDE, Fernando; CUNHA, Armando. Disciplina fiscal e qualidade do gasto público. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

Disciplina 9 – Desenvolvimento Urbano – 30h

EMENTA

Teorias, abordagens e indicadores do desenvolvimento urbano. Gestão de Serviços e Equipamento Urbanos. Gestão Ambiental e de Resíduos Sólidos. Uso e Ocupação do Solo. Gestão do Patrimônio Histórico, Cultural e Social. Saneamento. Mobilidade Urbana. Estudos de casos aplicados.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

LING, Anthony. Guia de gestão urbana. São Paulo: BEI, 2017.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; CARDOSO, Adauto Lucio (orgs.). Reforma urbana e gestão democrática: promessas e desafios do estatuto da cidade. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2012.

SCHWALM, Hugo; LADWIG, Nilzo Ivo. Espaço Urbano Sustentável: planejamento, gestão territorial, tecnologia e inovação. Florianópolis: Insular, 2012.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BARBOSA, Rildo Pereira; IBRAHIN, Francini Imene Dias. Resíduos sólidos: impactos, manejo e gestão ambiental. São Paulo: Saraiva, 2014.

BERNARDI, Jorge Luiz; BRUDEKI, Nelson Martins. Gestão de Serviços Públicos Municipais. Curitiba: Intersaberes, 2013.

MARICATO, Erminia. O impasse da política urbana no Brasil. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. 214 p.

OLIVEIRA, Dinara de Arruda. Plano Diretor das Cidades. Brasília: Juris, 2018.

SILVA, Edson Jacinto da. Loteamento urbano. 4. ed. Rio de Janeiro: JH Mizuno, 2016.

Disciplina 10 – Gestão da Saúde – 30h

EMENTA

Princípios do SUS e pacto federativo. Organização da Atenção à Saúde: cuidados primários e estratégia saúde da família. Planejamento municipal: plano plurianual, plano anual e relatório de gestão. Regulação, Controle e Avaliação. Financiamento municipal em saúde. Controle Social: conselho municipal de saúde; gestão participativa. Estudos de casos aplicados.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. A Atenção Primária e as Redes de Atenção à Saúde / Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Brasília: CONASS, 2015. 127 p.

BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. A Gestão do SUS / Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Brasília: CONASS, 2015. 133 p.

GIOVANELLA, Lígia; ESCOREL, Sarah; LOBATO, Lenaura de Vasconcelos Costa; NORONHA, José Carvalho de; CARVALHO, Antonio Ivo de (orgs.). Políticas e Sistema de Saúde no Brasil. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2012.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

STARFIELD, Bárbara. Atenção, primária: equilíbrio entre necessidades de saúde, serviços e tecnologia. Brasília: UNESCO, Ministério da Saúde, 2002. cap. I e II.

Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/atencao_primaria_p1.pdf. Acesso em: 02 ago. 2018.

MENDES, Eugênio Vilaça. As redes de atenção à saúde. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2011. 549 p. Disponível em:

<http://www.conass.org.br/bibliotecav3/pdfs/redesAtencao.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2018.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Manual para entender o controle social no SUS. Brasília: CNS, 2013. Disponível em:

http://conselho.saude.gov.br/biblioteca/livros/manual_para_entender_controle_social.pdf. Acesso em: 02 ago. 2018.

CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa; GUERRERO, André Vinicius Pires (orgs.). Manual de Práticas na Atenção Básica: saúde ampliada e compartilhada. São Paulo: Hucitec, 2008.

Disponível em:

http://andromeda.ensp.fiocruz.br/teias/sites/default/files/biblioteca_home/manual_da_s_praticas_de_atencao_basica%5B1%5D.pdf. Acesso em: 02 ago. 2018.

PINEAULT, Raynald. Compreendendo o sistema de saúde para uma melhor gestão. 1. ed.

Brasília: Linha Editorial Internacional de Apoio aos Sistemas de Saúde, 2016. Disponível em:

<http://www.conass.org.br/biblioteca/pdf/LEIASS-2.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2018.

Disciplina 11 – Gestão da Educação – 30h

EMENTA

Arcabouço legal e normativo de financiamento da educação na esfera municipal: LDB e Fundeb. Gestão da rede municipal de educação: unidades escolares, creches, projetos pedagógicos, valorização do magistério, matrícula, transporte e merenda. Arranjos interfederativos e políticas públicas na área de educação: Plano de Ações Articuladas. Conselhos escolares e controle social. Indicadores de Avaliação de Desempenho na Educação Básica. Uso de tecnologias na educação. Estudos de casos aplicados.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

BRAVO, Ismael. Gestão Educacional no Contexto Municipal. 2. ed. Campinas: Alínea, 2014.

BROOKE, Nigel. Avaliação da Educação Básica: a experiência Brasileira. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015.

SAVIANI, Demerval. Da nova LDB ao FUNDEB. 4. ed. Campinas (SP): Autores Associados, 2011.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BACICH, Lilian. Metodologias ativas para uma educação inovadora. São Paulo: Penso, 2017.

CUNHA, Maria Couto (org.). Gestão Educacional nos Municípios: entraves e perspectivas [online]. Salvador: EDUFBA, 2009. 366 p. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/bxgqr/pdf/cunha-9788523209025.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2018.

FERNANDES, Reynaldo. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Brasília: Inep, 2007.

GUTIERRES, Dalva Valente Guimarães; BARBALHO, Maria Goretti Cabral; COSTA, Maria Simone F. Pereira M. Dimensões do Plano de Ações Articuladas: contextos e estratégias de implementação. São Paulo: Editora Mercado de Letras, 2017.

MARCELINO, Maria de Fátima. Conselho municipal de educação e ensino escolar: limites e perspectivas. São Paulo: Editora Mercado de Letras, 2013.

Disciplina 12 – Licitações, Contratos e Convênios

EMENTA

Licitação: aspectos gerais, princípios constitucionais, dispensa e inexigibilidade. O processo de licitação: modalidades, fases, revogação, invalidação e controle. Registro de Preços. Regime Diferenciado de Contratação. Uso do poder de compra e a sustentabilidade nas licitações. Gestão de Contratos. Modalidades de contratos administrativos. Terceirização. Convênios. Planejamento de compras governamentais e Gestão de Suprimentos na administração municipal. Análise da Legislação Local. Estudos de casos aplicados.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. 17. ed. São Paulo: RTB, 2016.

MOTTA, Carlos Pinto Coelho. Eficácia nas licitações e contratos. 12. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2011.

TOLOSA FILHO, Benedito de. Licitações, Contratos e Convênios. Curitiba: Juruá, 2016.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. 29. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

FERNANDES, Jorge Ulisses Jacoby. Vade-Mécum de Licitações e Contratos. 7. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2016.

GASPARINI, Diógenes. Direito administrativo. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de direito administrativo. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de direito administrativo. 33. ed. São Paulo: Malheiros, 2018.

Disciplina 13 – Planejamento Estratégico e Gestão de Projetos

EMENTA

Planejamento Estratégico: conceitos, modelos, etapas e instrumentos. Elaboração, acompanhamento e avaliação de projetos. Técnicas e instrumentos: redes de programação, cronogramas, orçamento financeiro. Equipe e estruturas de organização de projetos. Prospecção de fontes de financiamento. Relatórios de desempenho. Encerramento físico-financeiro de projetos. Estudos de casos aplicados.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

MINTZERG, Henry. Safari de Estratégia: Um Roteiro pela Selva do Planejamento Estratégico. 2. ed. São Paulo: Bookman, 2010.

MOORE, Mark H. Criando Valor Público: gestão estratégica no governo. Rio de Janeiro: Letras & Expressões; Brasília: Enap, 2002.

PRADO, Darci. Planejamento e Controle de Projetos. 8. ed. Nova Lima: Ed. Falconi, 2014.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ANDRADE, Arnaldo Rosa de. Planejamento Estratégico: Formulação, Implementação e Controle. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

CONTADOR, Cláudio R. Projetos sociais: avaliação e prática. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. Planejamento Estratégico: Conceitos, Metodologia e Práticas. 33. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

PMI. Um Guia do Conhecimento em Gerenciamento de Projetos. 6. ed. Brasília: PMI do Brasil, 2017.

TCU. Guia de Referência do Sistema de Planejamento e Gestão. Brasília: Tribunal de Contas da União, Seplan, 2008.

10 Estrutura administrativo-pedagógica

O Curso de Especialização em Gestão Municipal a distância possui o envolvimento dos seguintes atores:

- **aluno matriculado no curso;**
- **professores autores, responsáveis pela produção dos materiais didáticos (impressos e/ou em Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA));**
- **professores formadores, responsáveis pela oferta das disciplinas;**
 - **professores pesquisadores, vinculados a programas de pós-graduação da Ipes, ou a projetos de pesquisa;**
 - **tutores, responsáveis por acompanhar, apoiar e avaliar os estudantes em sua caminhada; e**
 - **equipe de apoio, responsável pela operacionalização da infraestrutura tecnológica e logística.**

- **Coordenador(a) do curso**
- **Secretário(a) do curso**

10.1 Equipe multidisciplinar

A equipe multidisciplinar, constituída por profissionais de diferentes áreas do conhecimento, é responsável pela concepção, produção e disseminação de tecnologias, metodologias e os recursos educacionais para a educação a distância e possui plano de ação documentado e implementado e processos de trabalho formalizados (SINAIS, 2019, p.22). A equipe Multidisciplinar é composta por membros da estrutura do curso de Especialização em Gestão Pública Municipal a distância e pela equipe de apoio da SEDIS, trabalhando de forma colegiada para desenvolver os instrumentos necessários para implementação do curso, em especial suas disciplinas, tendo o processo de aprendizagem ativa do aluno como centro de suas decisões. Sendo assim, seu objetivo é fomentar o planejamento e execução das disciplinas de forma a alcançar os objetivos descritos no projeto pedagógico do curso. Para tanto tem os referenciais de qualidade, metodologias ativas e o perfil do egresso como balizadores dessas ações, buscando trabalhar de forma direta, interativa e comprometida.

10.1.1 Composição e responsabilidades

A equipe Multidisciplinar é composta por membros com formações diferentes e funções diversas na estrutura do curso e da SEDIS com as seguintes responsabilidades:

- a. Coordenador do curso: o coordenador do curso, dentro da equipe multidisciplinar, tem a responsabilidade de orientar as ações da equipe de acordo com o planejamento do curso e lógica de ordenamento das disciplinas, avaliando se as decisões estão de acordo com o PPC;
- b. Docente da disciplina: o docente integra a equipe de acordo com a disciplina que está sendo planejada no semestre, ele tem a responsabilidade pelo conteúdo e práticas, deve estar alinhado a ementa da disciplina e o programa proposto pelo NDE;
- c. Coordenador de tutoria: com sua função de atendimento e acompanhamento aos tutores, na equipe multidisciplinar tem a responsabilidade de trazer experiência e a visão das rotinas de tutoria a distância e presencial para o planejamento das ações;
- d. Tutor (representante): utiliza de sua prática para compor a equipe, com responsabilidade de tornar as medidas sugeridas aderentes a realidade dos alunos;
- e. Coordenador pedagógico: função pedagógica de atribuir práticas inovadoras ao conteúdo de cada disciplina, alinhada a capacidade tecnológica do curso, tem por responsabilidade a condução e preparação do docente para construção da matriz da disciplina;
- f. Representante UAB: servidor da UFRN na função de coordenador UAB ou adjunto, que tem a responsabilidade de adequar às normas e regulamentos da UAB, financiador e autorizador do projeto do curso, às ações propostas pela equipe multidisciplinar;
- g. Equipe Tecnológica: equipe formada por técnicos do AVA e das ferramentas tecnológicas, bem como os sistemas próprios da instituição, na equipe multidisciplinar tem a responsabilidade de viabilizar a implementação e fomentar com inovação as disciplinas;

h. Secretária: atendimento dos alunos e suporte a coordenação, tem por responsabilidade trazer as demandas dos alunos e as dificuldades atendidas com requerimentos e contatos dos alunos com o curso.

10.2 Programa de capacitação e atualização da equipe multidisciplinar

Será definido pela SEDIS, em parceria com a unidade proponente (FELCS/UFRN) e terá sua agenda designada por demandas institucionais, dos polos, do corpo discente, corpo docente e da própria equipe multidisciplinar. Além das demandas apresentadas, a capacitação envolverá dimensões metodológicas, pedagógicas, epistemológicas, gerenciais, legais, técnicas e quaisquer outras necessárias. Por fim, o programa de capacitação buscará se pautar em regulamentos internos e externos, notadamente os emanados da UAB, podendo a FELCS/UFRN se valer tanto de recursos internos e/ou próprios quanto de parcerias com atores externos.

10.3 Docentes que participam da gestão do curso

A seleção de docentes respeita as normas da CAPES, em especial a portaria 102/2019, que regula a forma de seleção, e regulamentações internas aplicáveis ds UFRN.

11 Infraestrutura e processo de gestão acadêmico-administrativa

A Educação a Distância, embora prescindida da relação face a face em todos os momentos do processo de ensino e aprendizagem, exige relação dialógica efetiva entre estudantes, professores formadores e orientadores. Por isso, impõe uma organização de sistema que possibilite o processo de interlocução permanente entre os sujeitos da ação pedagógica.

Entre os elementos imprescindíveis ao sistema estão:

- ▶ a implementação de uma rede que garanta a comunicação entre os sujeitos do processo educativo;
 - ▶ a produção e a organização do material didático apropriado à modalidade;
 - ▶ processos próprios de orientação e avaliação;
 - ▶ monitoramento do percurso do estudante; e
- ▶ criação de ambientes virtuais que favoreçam o processo de ensino aprendizagem.

Para este curso, a estrutura e a organização do sistema, que dá suporte à ação educativa, preveem a organização de uma rede comunicacional e de produção do material didático.

Rede comunicacional

Torna-se necessário o estabelecimento de uma rede comunicacional que possibilite a ligação dos vários Polos com a Ipes e entre eles. Para tanto, é imprescindível a organização de estruturas física e acadêmica na Ipes, com a garantia de:

- ▶ manutenção de equipe multidisciplinar para orientação nas diferentes disciplinas/áreas do saber que compõem o curso;
- ▶ designação de coordenador que se responsabilize pelo acompanhamento acadêmico e administrativo do curso;
- ▶ manutenção dos núcleos tecnológicos na UFRN e nos Polos, que deem suporte à rede comunicacional prevista para o curso; e
- ▶ organização de um sistema comunicacional entre os diferentes Polos e a UFRN.

Produção de material didático

O material didático configura-se como dinamizador da construção curricular e balizador metodológico. O material didático do curso de Especialização em Gestão Municipal encontra-se disponível no repositório indicado pela Capes, acessível a todas as Ipes participantes do programa.

11.1 Sistema de Tutoria

A tutoria no curso de Especialização em Gestão Municipal, como componente fundamental do sistema, tem a função de realizar a mediação entre o estudante e o material didático de curso. Nesse sentido, o tutor não deve ser concebido como sendo um “facilitador” da aprendizagem, ou um animador, ou um monitor.

A tutoria é um dos elementos do processo educativo que possibilita a ressignificação da educação a distância por possibilitar o rompimento da noção de tempo/espaço da escola tradicional. O processo dialógico que se estabelece entre estudante e tutor deve ser único, e o tutor, paradoxalmente ao sentido atribuído ao termo “distância”, deve estar permanentemente em contato com o estudante, mediante a manutenção do processo dialógico, em que o entorno, o

percurso, as expectativas, as realizações, as dúvidas e as dificuldades sejam elementos dinamizadores desse processo.

Na fase de planejamento, o tutor deve participar da discussão com os professores formadores a respeito dos conteúdos a serem trabalhados, do material didático a ser utilizado, da proposta metodológica, do processo de acompanhamento e da avaliação de aprendizagem.

No desenvolvimento do curso, o tutor é responsável pelo acompanhamento e pela avaliação do percurso de cada estudante sob sua orientação: em que nível cognitivo se encontra, que dificuldades apresenta, se ele se coloca em atitude de questionamento reconstrutivo, se reproduz o conhecimento socialmente produzido necessário para compreensão da realidade, se reconstrói conhecimentos, se é capaz de relacionar teoria e prática, se consulta bibliografia de apoio, se realiza as tarefas e exercícios propostos, como estuda, quando busca orientação, se ele se relaciona com outros estudantes, se participa de organizações ligadas à sua formação profissional ou a movimentos sociais locais.

Além disso, o tutor deve, nesse processo de acompanhamento, estimular, motivar e, sobretudo, contribuir para o desenvolvimento da capacidade de organização das atividades acadêmicas e de aprendizagem.

Por todas essas responsabilidades, torna-se imprescindível que o tutor tenha formação específica, em termos de aspectos político-pedagógicos da educação a distância e da proposta teórico-metodológica do curso. Essa formação deve ser oportunizada pela Ipes antes do início e ao longo do curso.

Como meios para interlocução, poderão ser utilizados:

- ambiente virtual, com recursos de fórum, *chat*, biblioteca virtual, agenda, repositório de tarefas, questionários, recursos de acompanhamento e controle de cada estudante, entre outros;
- videoaulas;
- telefone;
- redes sociais;
- aplicativos de troca de mensagens instantâneas;
- *e-mail*.

11.2 Encontros presenciais

Os encontros presenciais acontecem dentro da programação de cada disciplina, nos polos de apoio presencial.

12 Diretrizes de avaliação

A avaliação é entendida como atividade que tem por função básica subsidiar tomadas de decisão. Nesse sentido, pressupõe não apenas análises e reflexões relativas a dimensões estruturais e organizacionais do curso, numa abordagem didático-pedagógica, como também dimensões relativas aos aspectos políticos do processo de formação de profissionais no campo da Administração Pública.

Entre os aspectos de maior significação para o processo de tomada de decisões relativas ao curso, destacam-se: a avaliação da proposta curricular; a avaliação da aprendizagem; a avaliação do material didático; a avaliação da orientação; a avaliação do sistema comunicacional da EAD; e a avaliação do impacto do curso na formação de profissionais no campo da Administração Pública.

O processo de avaliação de aprendizagem na EAD, embora se sustente em princípios análogos aos da educação presencial, requer tratamento e considerações especiais em alguns aspectos.

No contexto da EAD, o estudante não conta, comumente, com a presença física do professor. Por esse motivo, é necessário desenvolver métodos de estudo individual e em grupo, para que o acadêmico possa:

- buscar interação permanente com os colegas, os professores formadores e com os orientadores todas as vezes que sentir necessidade;
- obter confiança e autoestima frente ao trabalho realizado; e
- desenvolver a capacidade de análise e elaboração de juízos próprios.

Um aspecto relevante no processo de avaliação de aprendizagem é analisar a capacidade de reflexão crítica do aluno frente a suas próprias experiências, a fim de que possa atuar dentro de seus limites sobre o que o impede de agir para transformar aquilo que julga limitado no campo da Gestão Municipal.

É importante desencadear um processo de avaliação que possibilite analisar como se realiza não apenas o envolvimento do estudante no seu cotidiano, mas também o surgimento de outras formas de conhecimento, obtidas de sua prática e de sua experiência, a partir dos referenciais teóricos trabalhados no curso.

12.1 Avaliação institucional

A UFRN é avaliada pelo INEP/MEC, seguindo as autorizações tradicionais para funcionamento do curso, além das demais figuras avaliativas aplicáveis.

12.2 Avaliação dos subsistemas de EAD

A SEDIS, além do acompanhamento das metas previstas no PDI da UFRN, estrutura modelo de avaliação de seus sistemas pelos técnicos envolvidos, professores e alunos.

12.3 Avaliação de aprendizagem

Embora a avaliação seja contínua, cumulativa, descritiva e compreensiva, é possível particularizar três momentos no processo:

1. Participação no AVA: Acompanhamento do percurso de estudo do aluno, mediante relatórios gerados pelo AVA, de participação e frequência, e diálogos com os tutores e demais alunos;
2. Entrega de atividades no AVA: Produção de trabalhos escritos, que possibilitem sínteses dos conhecimentos trabalhados, discussão nos fóruns, atividades diversas nas videoaulas;
3. Atividades presenciais: avaliação escrita; apresentação de resultados de estudos e pesquisas realizadas semestralmente, apresentados em seminários temáticos integradores.

O sistema de avaliação do desempenho dos alunos, em cada componente curricular, será dimensionado pelo docente responsável por essa carga horária específica, a depender dos objetivos do componente. Os docentes poderão prever a aplicação de atividades de verificação da aprendizagem no formato de prova escrita, protótipo de artigo científico, artigo científico (individual ou em grupo), seminários, resenhas críticas, relatórios de diagnóstico organizacional, entre outros. Os resultados do processo de avaliação de desempenho dos discentes em cada módulo deverão ser reportados pelo professor responsável pelo componente, via turma virtual (Sigaa), até 15 dias após a oferta do respectivo módulo de ensino.

A avaliação de desempenho do aluno em cada componente será traduzida de acordo com os conceitos previstos na resolução nº 008/2022 - CONSEPE. Será aprovado em cada componente o aluno que atingir, no mínimo, o conceito "C" - Regular. Estará reprovado, nos componentes, o aluno ao qual for atribuído o conceito "D" - Insuficiente ou "E" nos casos em que o número de faltas ultrapassar o limite de 25% da carga horária total do componente. Aos alunos impedidos (com ausência justificada antecipadamente – antes do início do módulo) de participar do mínimo de 75% de frequência em carga-horária em até quatro (04) módulos ofertados, será dada a

oportunidade de recuperação do desempenho. Tal recuperação deverá ocorrer por meio de atividade(s) repositiva(s), elaborada(s) pelo professor responsável, a ser(em) implementada(s) dentro dos quinze dias subsequentes à oferta do respectivo módulo.

O aluno que, pela quinta vez, independentemente de justificativa, tiver registro de ausência de mais de 25% em módulo ofertado, será automaticamente desligado do curso, não havendo, para esses casos, a possibilidade de reposição de carga-horária.

13 Processo de comunicação-interação entre os participantes

Em razão de uma das principais características da EAD, a dupla relatividade do espaço e do tempo, é importante o uso de ferramentas que operacionalizem o processo de comunicação e a troca de informação nas suas formas sincrônica e diacrônica.

As ferramentas utilizadas nos processos de comunicação sincrônica serão: chat, aulas online e telefone.

Como processos de comunicação diacrônicos, serão utilizados: mensagens no AVA, fóruns, e-mails.

Cada turma terá acesso à estrutura de comunicação sincrônica e diacrônica e será orientada pelo tutor sobre a forma e os momentos de uso de cada uma delas.

Como sujeito que participa ativamente do processo avaliativo, o estudante será informado por seu tutor e pelo professor formador sobre o que está sendo avaliado, a partir de que critérios, se a atividade que lhe é proposta é objeto de avaliação formal, o que se espera dele naquela atividade etc.

Em outras palavras, a postura de avaliação assumida no processo de ensino-aprendizagem do curso pressupõe, por um lado, a compreensão do processo epistêmico de construção do conhecimento e, por outro, a compreensão da ação de avaliar como processo eminentemente pedagógico de interação contínua entre estudante-conhecimento-tutor-professor formador.



PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO Nº 118/2023 - FELCS/UFRN (11.70)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 22/11/2023 08:53)

FERNANDO RODRIGUES DA SILVA

SECRETARIO EXECUTIVO

FELCS/UFRN (11.70)

Matrícula: ###233#6

Visualize o documento original em <https://sipac.ufrn.br/documentos/> informando seu número: **118**, ano: **2023**, tipo: **PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO**, data de emissão: **22/11/2023** e o código de verificação: **ba83f657fc**